



A BENEFICÊNCIA

# FAMILIAR

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DESDE 1877

PROGRAMA DE AÇÃO E  
ORÇAMENTO 2018

## Índice

<b>PROGRAMA DE AÇÃO</b> .....	3
1. Introdução .....	3
Materialização de um sonho: a edificação da nova sede .....	3
Razões para a revisão do projeto .....	3
2. Enquadramento.....	4
Caracterização das organizações da <i>Economia Social</i> .....	4
Quem faz parte da <i>Economia Social</i> ?.....	4
Reconhecimento da <i>Economia Social</i> .....	5
Quanto vale a <i>Economia Social</i> ? .....	5
As associações mutualistas – fatores diferenciadores.....	5
O envelhecimento da sociedade portuguesa.....	6
3. Objetivos estratégicos.....	6
Vantagens dos Associados e sustentabilidade.....	6
Notoriedade e prestígio .....	6
Trabalho em rede e parcerias .....	6
Caixa Económica do Porto – caixa anexa .....	7
4. Plano de Ação para 2018.....	8
<b>ORÇAMENTO 2018</b> .....	9
1. Recursos Financeiros.....	9
2. Notas explicativas.....	10
3. Conclusão .....	12

## PROGRAMA DE AÇÃO

### 1. Introdução

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar, aos nossos Estimados Associados e Associadas, o Programa de Ação e o Orçamento para 2018.

Decorrido o primeiro ano do presente mandato (2017-2019), continuamos, como sempre, determinados em defender os interesses dos Associados, trabalhando para a robustez e o engrandecimento da Associação.

#### Materialização de um sonho: a edificação da nova sede

O próximo ano será marcante para o nosso futuro coletivo, pois dará início à materialização de um sonho: a edificação da nova sede. Com efeito, após aturado e intenso trabalho de revisão do projeto, estamos em condições de preparar o processo de escolha do empreiteiro e de negociação do financiamento da obra.

#### Razões para a revisão do projeto

Como já referido em Assembleias Gerais anteriores, a revisão encetada impunha-se pelo tempo decorrido desde a finalização do projeto (2012) até à presente data, o que implicou a necessidade de o adaptar à nova legislação, entretanto produzida, e de incorporar a evolução tecnológica ocorrida em diversas áreas.

Mas também – e aproveitando a revisão necessária – repensámos as funções do edifício. Assim, introduzimos novas valências, como a hidroterapia, o ginásio e o gabinete de estética – numa visão medicamente integrada – assim como uma área destinada a cantina, ao serviço dos Associados. A nova sede deverá ser um espaço para usufruto dos nossos Associados e Associadas, sempre que o desejem, para aumento do seu bem-estar e do lazer.

Por outro lado, os serviços de saúde e bem-estar, a serem prestados na nova sede, deverão funcionar em articulação e complementaridade com os cuidados clínicos disponibilizados na nossa Liga – também instalada, dentro em pouco, em novas e modernas instalações – não os devendo duplicar nem concorrer com eles.

Optámos, assim, por retirar do programa de arquitetura a maioria dos espaços destinados a consultas médicas, continuando estes serviços a ser prestados pela Liga. Na nossa nova sede, tanto os nossos associados, como os das associações congéneres, terão acesso a outras valências, integradas nos designados *meios complementares de diagnóstico e terapêutica* e nas medicinas alternativas.

Estamos convictos de que, desta forma, asseguramos a sustentabilidade económica e financeira do novo edifício, além de proporcionarmos, aos associados das instituições mutualistas em geral, serviços inovadores e diferenciadores.

## 2. Enquadramento

A atividade d' *A Beneficência Familiar*, assim como a da *Caixa Económica do Porto – caixa anexa* à nossa Instituição, insere-se no âmbito da *Economia Social*, caracterizada por “uma preocupação com os indivíduos e a concessão de uma importância primordial aos aspetos sociais”, como refere o *Observatório da Economia Social em Portugal* (OBESP, 2011).

### **Caracterização das organizações da Economia Social**

Consequentemente, as organizações que integrem a Economia Social deverão convergir num conjunto de aspetos, nomeadamente:

- O respeito pela dimensão humana e o combate à exclusão social;
- A primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital;
- Autonomia de gestão;
- Uma visão democrática e de gestão participada da organização;
- O desenvolvimento de um elevado grau de capital social.

As organizações da Economia Social não são movidas por objetivos ditados por uma estratégia que dê prioridade ao mercado e, do ponto de vista dos resultados, a sua apropriação é coletiva e destina-se a dar continuidade aos objetivos das organizações, a satisfazer os seus usufrutuários diretos e os seus assalariados e, ainda, a comunidade em geral.

Devido às suas características, as organizações da Economia Social têm sido as responsáveis pela existência de uma abordagem diferente da atividade socioeconómica, que consiste em privilegiar as pessoas em detrimento do capital. Não são apenas produtoras de bens ou serviços, mas igualmente de conexões sociais, fundamental para a gestão de capital social (OBESP, 2011).

### **Quem faz parte da Economia Social?**

Integram a Economia Social os seguintes tipos de entidades, desde que constituídas em território nacional:

- Cooperativas;
- Associações mutualistas;
- Fundações;
- Misericórdias;
- Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas anteriormente (IPSS);
- Associações com fins altruísticos que atuem no âmbito científico, cultural, educacional, recreativo, do desporto amador, da defesa do meio ambiente, do desenvolvimento local e em todos os campos da sociedade de informação;
- Entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados no sector cooperativo e social. (OBESP, 2011)

## Reconhecimento da *Economia Social*

De resto, o reconhecimento desta importância conduziu a que a *Constituição da República Portuguesa* consagre, no seu Artigo 80º, relativo aos princípios em que assenta a organização económico-social, a “Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção” (alínea b), assim como a “Proteção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção” (alínea f).

## Quanto vale a *Economia Social*?

Faltava medir o peso da Economia Social na sociedade portuguesa. Numa primeira aproximação – e através de um trabalho conjunto do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) – foi pela primeira vez apresentada, em 2016, a Conta Satélite da Economia Social (CSES).

Segundo a CSES, em 2013, a Economia Social representou 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. A remuneração média neste setor representa 86,4% da média no conjunto da Economia (100%).

No âmbito da CSES foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a *Cultura, desporto e recreio* (50,7%), seguindo-se a *Ação e segurança social* (15,6%). Por sua vez, a *Ação e segurança social* destacava-se em termos de Valor Acrescentado Bruto (44,7%), Remunerações (44,6%) e Emprego remunerado (54,6%).

Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (93,4%), VAB (61,0%), Remunerações (62,2%) e Emprego remunerado (64,8%) (INE, 2016).

## As associações mutualistas – fatores diferenciadores

Neste universo, as associações mutualistas distinguem-se pela forma como cativam os seus recursos financeiros e os distribuem. Vivem das quotizações recebidas dos seus associados e do rendimento obtido pela prestação de serviços. Não têm base caritativa e não dependem de subsídios do Estado. Trabalham sobre esquemas de mutualização dos riscos, ou seja, sobre “equações de reciprocidade”: cada associado escolhe um benefício, paga a quota respetiva e recebe o combinado. Este conceito difere das equações sociais, onde cada beneficiário contribui de acordo com o valor do salário e recebe, de forma igual para todos, segundo a sua necessidade. (Pêgas, 2017)

Este princípio não retira às associações mutualistas a possibilidade de se integrarem em movimentos de cooperação com outras IPSS ou até de estabelecerem acordos de prestação de serviços dirigidos a grupos menos favorecidos. Quer pela proximidade, quer pelo seu conhecimento e experiência em diversos campos de atividade - como a saúde ou o apoio à infância e ao alojamento da população sénior – preenchem, de facto, os requisitos necessários para operarem nas áreas referidas (idem).

É, por isso, nosso entendimento que o movimento mutualista desempenha um importante papel de complementaridade na proteção social, designadamente na prestação de cuidados médicos, no apoio social nas idades mais vulneráveis e não contributivas, na prevenção do risco e nos sistemas de pensões de reformas. O reforço da sua intervenção é cada vez mais importante para o equilíbrio e o bem-estar da sociedade.

### **O envelhecimento da sociedade portuguesa**

Mas a nossa atividade está ainda fortemente marcada pelo envelhecimento da população e, sobretudo, pelo aumento da idade média dos nossos associados e consequente falecimento. Assim, reverter a quebra do número de associados, constante ao longo dos anos, assume importância crítica. É uma tarefa para todos: Direção e restantes órgãos sociais, trabalhadores das nossas Instituições, mas também uma responsabilidade de cada um dos nossos Estimados Associados e Associadas.

## **3. Objetivos estratégicos**

### **Vantagens dos Associados e sustentabilidade**

Reafirmamos os nossos princípios que colocam, sem hesitações, os nossos Associados no centro das atenções da Direção, no sentido de lhes serem disponibilizados cada vez mais e melhores benefícios e serviços.

Por outro lado, quaisquer modalidades ou valências que venham a ser desenvolvidas terão de assegurar a sua sustentabilidade, ou seja, as receitas terão de cobrir as despesas.

### **Notoriedade e prestígio**

Como pano de fundo, a notoriedade da nossa Associação é igualmente vital para o seu crescimento. Há que persistir nesta linha, tentando cada vez mais “descolar” a imagem da nossa Associação como uma instituição que apenas trata da atribuição do subsídio de funeral. É imperioso que a sociedade em geral conheça as restantes modalidades e valências que disponibilizamos, cujo número e qualidade precisamos de alargar. Ou seja, que o nosso Associado sinta que a sua Associação o acompanha e apoia em todos os momentos da vida. Desta forma poderemos conseguir cativar novos e mais jovens associados.

Para a notoriedade e prestígio da nossa Associação será também decisiva a inauguração da nova sede, que incluirá a oferta de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, como fisioterapia e hidroterapia, e farmácia, além de cantina, SPA, ginásio, dança e outros espaços multiusos. Trabalhar na concretização deste objetivo continuará a ser uma prioridade.

### **Trabalho em rede e parcerias**

O trabalho em rede com as instituições mutualistas de segundo nível, que já integramos, assume carácter prioritário:

- a **Liga das Associações Mutualistas do Porto**, da qual somos societários e presta aos nossos associados a assistência médica e medicamentosa;
- a **Mutuália**, federação mutualista que opera na área dos seguros de saúde, complementos de reforma e outros instrumentos de poupança e capitalização, e que integramos com mais treze instituições;
- a **RedeMut**, na qual partilhamos serviços, nomeadamente de assistência médica no domicílio;
- a **União das Mutualidades Portuguesas**, organização que nos representa institucionalmente junto de todas as entidades, nomeadamente do Governo da República, e que patrocinou o protocolo Mutual-In, para a partilha de serviços entre as mutualidades aderentes.

Com este trabalho em rede e de partilha – e o seu alargamento a mais instituições e regiões – é possível melhorar a sustentabilidade e fazer crescer o número de serviços prestados, nomeadamente da Secção Funerária e da Secção de Turismo Social.

Outros acordos, bilaterais ou em consórcio, permitir-nos-ão aumentar a cooperação com outras instituições e introduzir novas modalidades, como sejam o apoio domiciliário, as *residências sénior* ou infantários e creches.

### **Caixa Económica do Porto – caixa anexa**

Também a ligação estreita com a Caixa Económica do Porto – Caixa anexa à A Beneficência Familiar (CEP) será decisiva. Ao desenvolvermos a CEP, conseguiremos, não apenas aumentar o valor dos resultados transferíveis para a nossa Associação, como proporcionar aos nossos associados e restante população serviços financeiros de confiança: o mealheiro mutualista dos pequenos aforradores, posto ao serviço das pessoas e não dos grandes grupos económicos.

#### 4. Plano de Ação para 2018

Os desafios para 2018 têm como pano de fundo a prossecução dos objetivos estratégicos anunciados e pretendem balizar, de forma realista, as tarefas que pensamos ser necessário realizar este ano. Apesar de exigentes, julgamos serem exequíveis.

- Arranque efetivo das obras de requalificação do edifício da nova sede, previsto para a Primavera;
- Intervenção nas instalações da Secção Funerária – dotando-as de um elevador – para melhorar a qualidade do atendimento aos nossos associados, em particular os de mobilidade reduzida;
- Implementação do serviço de apoio ao luto – alargamento da sua eficácia e abrangência junto dos familiares dos associados falecidos;
- Reforço da comunicação com os associados e restante população, através da nossa rede de cobradores/assistentes, do *call-center*, de *flyers*, do *site* na *INTERNET*, da rádio, das redes sociais e outros meios, como workshops, cursos de formação e manifestações culturais e institucionais;
- Revisão do Regulamento de Benefícios (RdB), introduzindo novas modalidades e valências, no sentido de tornar mais atrativa a qualidade de nosso associado, favorecendo novas admissões, sobretudo de jovens;
- Revisão dos Estatutos, conciliando-os com o novo Código das Associações Mutualistas, cuja publicação se aguarda para breve;
- Crescimento da Secção de Turismo Social, continuando a estratégia seguida, que se caracteriza pela múltipla oferta de destinos, a preços e condições mutualistas, primando pela qualidade dos operadores protocolados;
- Desenvolvimento da Secção de Seguros e Poupança, através do incremento das parcerias com a *Mutuália* (seguros de saúde e produtos de previdência) e com a *Frontside Insurance* (seguros automóvel e multiriscos) além de modalidades de previdência, autonomamente na nossa Associação, após a revisão do RdB;
- Criação da modalidade de apoio domiciliário, serviço de entrega de refeições ao domicílio e transporte de doentes não urgentes, em parceria com outras instituições mutualistas ou da área social.
- Criação da Universidade Sénior



## ORÇAMENTO 2018

### 1. Recursos Financeiros

	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS		ACTIVIDADES		Fundo de Administração	PERÍODOS	
	Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa	Assistência à Idade Sénior (Ass.Med.Med.)	Secção Funerária	Secção de Turismo		2018	2017
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>							
Vendas:							
Urnas e outros acessórios			336.972			336.972	420.000
Serviços Prestados:							
Quotas dos utilizadores							
Secção Funerária			935.000			935.000	550.000
Secção Turismo Social				5.000		5.000	
Quotas e Joias							
Encargos de admissão						1.500	1.900
Modalidade subsidio funeral	1.187.922	12.184	9.138	9.138	121.838	1.340.220	1.551.000
Modalidade assistencia à Idade Senior		16.416	432	432	1.728	19.008	21.000
<b>Custos da Vendas e Serviços Prestados</b>							
Custos das Vendas - Secção Funerária			336.972			336.972	420.000
Encargos suportados com Serviços Prestados							
Fornecimentos e serviços externos	216.576		84.224			300.800	450.000
Encargos com pessoal	356.900	35.690	404.210		33.200	830.000	850.000
Outros gastos e perdas							
Gastos com associados							6.000
Prestações e outros encargos c/associados	700.000					700.000	680.000
Provisões específicas para modalidades	400.000		30.000			430.000	50.000
Depreciações do período	53.432	545	6.924	250	5.455	65.000	66.432
<b>Resultado bruto</b>	<b>-538.986</b>	<b>-7.636</b>	<b>419.212</b>	<b>14.320</b>	<b>84.912</b>	<b>-25.072</b>	<b>27.468</b>
Outros rendimentos							
Imputação de gastos a Caixa Económica	25.000					25.000	
Rendimentos Caixa Económica	81.818	9.091			9.091	100.000	140.000
Consignação de IRS	6.000					6.000	7.000
Outros	5.050					5.050	50
Outros gastos							
Caixa Economica do Porto (FSE)							
Caixa Economica do Porto (Custo/pessoal)							
Outros							
Gastos de financiamento					4.000	4.000	4.500
<b>Fundos Disponíveis</b>	<b>-421.117</b>	<b>1.455</b>	<b>419.212</b>	<b>14.320</b>	<b>98.003</b>	<b>106.978</b>	<b>170.018</b>

## 2. Notas explicativas

As rubricas dos rendimentos apresentadas para o ano de 2018, conforme apresentado no quadro abaixo, perfazem um total de 2.773.750 euros.

Rendimentos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação
Vendas	420.000,00 €	336.972,00 €	-20%
Prestação de Serviços	550.000,00 €	940.000,00 €	71%
Quotizações e joias	1.573.900,00 €	1.360.728,00 €	-14%
Outros rendimentos e ganhos	147.050,00 €	136.050,00 €	-7%
	<b>2.690.950,00 €</b>	<b>2.773.750,00 €</b>	3%

As variações face a 2017 são justificadas pelas seguintes razões:

- ✓ Na Rubrica “Vendas”, resultante da venda direta de urnas e outros acessórios, sem margem de lucro, prevê-se uma diminuição de 20%. Esta diminuição resultará da continuação da procura de preços competitivos e melhor gestão de stock existente, já iniciada em 2017;
- ✓ A rubrica “Prestações de Serviços” regista um acréscimo muito significativo. Com base no valor dos serviços prestados ao longo do presente ano, nomeadamente em setembro (638.825,93 euros) a Secção Funerária conseguiu ultrapassar o valor orçamentado para 2017. Admitindo a continuidade e a melhoria dos serviços, prevê-se um acréscimo de 70% face ao orçamentado no ano anterior.  
  
Nesta inclui-se ainda as comissões angariadas relativas à secção do turismo, valor orçamentado para 2018 em 5.000,00 euros.
- ✓ Os dados estatísticos mostram que até outubro de 2017 a associação perdeu 624 associados. Com estes dados, prevê-se uma diminuição das quotas e encargos a receber em 2018;
- ✓ A rubrica “Outros Rendimentos e ganhos” incluem a afetação dos resultados da CEP, a imputação dos gastos à CEP, consignação de IRS e outros, nomeadamente subsídios do IEFP.

As rubricas dos gastos apresentados para o ano de 2018, conforme apresentado no quadro abaixo, perfazem um total de 2.666.772 euros.

Gastos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação
Custo das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas	420.000,00 €	336.972,00 €	-20%
Fornecimentos e Serviços Externos	450.000,00 €	300.800,00 €	-33%
Gastos com Pessoal	850.000,00 €	830.000,00 €	-2%
Outros gastos e perdas	736.000,00 €	1.130.000,00 €	54%
Depreciações	66.432,00 €	65.000,00 €	0%
Gastos de financiamento	4.500,00 €	4.000,00 €	-11%
	<b>2.526.932,00 €</b>	<b>2.666.772,00 €</b>	6%

Na elaboração dos cálculos estiveram subjacentes os elementos contabilísticos até ao final de Setembro findo, conjugada com os princípios da prudência, da consistência, e da congruência.

As variações face a 2017 são justificadas pelas seguintes razões:

- ✓ Na rubrica “CMVMC – Custo das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas” prevê-se uma diminuição de 20%, igualando a diminuição registada na rubrica vendas devido à Instituição não poder obter margem de lucro na venda direta, conforme explicado anteriormente;
- ✓ Na rubrica “Fornecimento e serviços externos” prevê-se uma diminuição de 33% face ao orçamentado para o ano anterior. A Instituição pretende cada vez mais alcançar uma gestão eficiente dos seus recursos.
- ✓ Esta rúbrica é composta pelos serviços especializados (engloba trabalhos especializados, publicidade, vigilância e segurança, honorários e conservação e reparação), os materiais (ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica, material de escritório), a energia e fluídos, deslocações, estadas e transportes e serviços diversos (comunicação, seguros, contencioso, limpeza e outros serviços).
- ✓ Na rubrica “Gastos com Pessoal” prevê-se uma diminuição de 2% face ao ano anterior. A estrutura do pessoal existente permite à Instituição dar resposta aos serviços praticados;

- ✓ A rubrica “Outros gastos e perdas” regista um acréscimo significativo devido à necessidade de continuar a constituir provisões específicas;
- ✓ As depreciações registam uma ligeira diminuição por algumas depreciações estarem a findar ao longo do tempo. Os investimentos a realizar nas obras da nova sede em 2018 serão inicialmente contabilizados como obras em curso, pelo que as depreciações só se iniciam com a conclusão da obra;
- ✓ Na rubrica “gastos de financiamento” prevê-se uma diminuição dos juros a pagar à medida que o empréstimo contraído se encontre amortizado.

### 3. Conclusão

- ✓ Face aos dados apresentados, a Instituição prevê um resultado positivo de 106.978,00 euros conforme a demonstração de resultados, apresentada anteriormente (ponto 1).

Porto, 05 de dezembro de 2017

A Direção

Presidente - Carlos Jorge Costa Azevedo Silva \_\_\_\_\_

Secretária - Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho \_\_\_\_\_

Tesoureiro - António Ferreira Pinheiro \_\_\_\_\_

Vogal - Orlando Rui Teixeira Veiga \_\_\_\_\_

Vogal - Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira \_\_\_\_\_